

# TRABALHADORES E MOVIMENTO NEGRO: NEGOCIAÇÃO E CONFLITO NO SUL DO BRASIL\*

José Antônio dos Santos\*\*

No Brasil quando os negros se organizam e vêm a público exigir seus direitos, como agora na questão das cotas nas universidades, são acusados de racistas às avessas ou são colocados obstáculos para que a lei se efetive. São duas as formas pelas quais a sociedade brasileira historicamente buscou para dificultar a reivindicação por direitos e impedir o acesso àqueles legalmente conquistados, ambas assentadas no imaginário da *democracia racial brasileira*. Na primeira, sob o pressuposto de que neste país não há racismo seriam racistas os negros que propõem a diferença. Na segunda, por causa da miscigenação não teríamos como nos identificar, portanto, seríamos todos iguais.

Conforme veremos, por meio do que restou do jornal *A Alvorada*, fundado por operários negros e que circulou na cidade de Pelotas e região meridional do Brasil de 1907 a 1965, vamos voltar no tempo e propor as seguintes questões: de que forma aquelas pessoas lutavam por igualdade racial num país que não tinha compromisso em democratizar o acesso à cidadania e, ao mesmo tempo, como se contrapunham à uma ideologia que afirmava não haver necessidade do acesso à diferença? Entendemos que o movimento negro brasileiro, se constituiu como ator coletivo no mesmo contexto sócio-histórico em que se formava a estrutura social de classes, dentro de uma ordem social competitiva em que se formava também o movimento operário. Portanto, muitos dos líderes negros que se identificavam com os problemas que afligiam os seus *irmãos de raça* e posicionavam politicamente como soldados da classe operária, geralmente, assumiam papéis sociais de dupla militância.

No artigo comemorativo dos cinquenta anos do jornal *A Alvorada* foi homenageado um dos principais fundadores do hebdomadário, que teria

---

\* Artigo apresentado no Simpósio Nacional da ANPUH. João Pessoa - PB, 2003.

\*\* Mestre em História Social pela UFF. Técnico Administrativo da UFRGS.

definido o “programa” a ser propagado no semanário, a saber, “... a igualdade de raça, o bem estar do operário e a instrução obrigatória”<sup>1</sup>. A “igualdade de raça” a que o jornal se referia era a exigência por direitos iguais, da “raça negra” com a “raça branca”, naquela sociedade desigual, que excluía os negros da maioria dos espaços de lazer e educação e os segregava na periferia da cidade de Pelotas. Quem reivindica a igualdade no interior de uma sociedade o faz em relação a outra pessoa ou grupo delas, considerada melhor posicionada socialmente, o que define vínculos sociais estreitos, entre aqueles que escreviam, aqueles que eram representados no semanário e a sociedade pelotense, gaúcha e brasileira.

A definição do *programa*, quando da fundação do jornal, traçou os objetivos a serem perseguidos e delimitou o público alvo a ser atingido pela circulação do semanário – negros e operários. Nesse aspecto, a data de fundação e lançamento do primeiro número do *A Alvorada*, dia 05 de maio de 1907<sup>2</sup>, nos parece significativa, pois equilibra-se entre o dia 1º de maio - Dia dos Trabalhadores e o 13 de maio - dia da Abolição dos escravos, o que pode sugerir a intenção dos fundadores do semanário em marcar a importância destas datas. Objetivamente, temos em todas as publicações próximas daqueles dias, considere-se que o jornal era dominical, artigos críticos ou comemorativos<sup>3</sup> que enfocavam de forma retrospectiva e educativa aqueles “marcos históricos”.

O Primeiro de Maio foi comemorado em Pelotas desde 1893, talvez de forma pioneira no Rio Grande do Sul<sup>4</sup>, muito próximo no tempo à data “inventada” por deliberação do 1º Congresso da Segunda Internacional

---

<sup>1</sup> O fundador homenageado era Juvenal Morena Penny que tinha 73 anos. Artigo de Rodolfo Xavier - RX -, “A Alvorada”: A Alvorada - AA -, 05.05.1957 (Biblioteca Pública Pelotense, Pelotas - RS).

<sup>2</sup> Não devemos esquecer que o I Congresso Operário Brasileiro é de 1906, onde surgiu a Confederação Operária Brasileira e o jornal *A Voz do Trabalhador*. Ano em que aconteceu também a primeira greve geral de Porto Alegre, onde, após doze dias de paralisação, os trabalhadores conquistaram a jornada de nove horas.

<sup>3</sup> “A significação do 1º de Maio”. AA. 05.05.1954; “13 de Maio”. AA. 14.05.1955; “Discriminação racial num jardim de infância”. AA 05.05.1956; “Os mártires de Chicago”. AA. 05.05.1957.

<sup>4</sup> Cf. LONER, B. A. Operários e participação no início da República: o caso de Pelotas e Rio Grande. In *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre. PUC/RS, v. XXII, n. 2, dez. 1996, pp. 71-89.

reunido em Paris em 1889. Quatro anos depois de Paris, os operários da *Liga Operária Pelotense*, comemoraram o Primeiro de Maio ao amanhecer com salva de tiros e à noite com sessão solene na sede da entidade. A *União Operária Internacional* foi criada em Pelotas no ano de 1897, tendo como um dos fundadores o chapeleiro Antonio Baobab, o principal mentor da criação do jornal dos negros.

Em 13 de maio de 1888, apesar da “liberdade” alcançada pelos cativos gaúchos em 1884, existiam ainda em Pelotas centenas de escravos e milhares de negros contratados. A festa da Abolição de 1888, naquela cidade, foi realizada quase um mês depois da data oficial, uma vez que a indústria do charque não podia parar e contou com cerca de 3.000 negros para comemorar a libertação<sup>5</sup>. Portanto, aquelas datas tinham uma tradição formada de comemoração, protesto e, porque não dizer, sujeição social, tornando-se marcos históricos importantes para a comunidade negra pelotense. Eram geralmente lembradas com artigos críticos sobre a situação de miséria em que viviam os operários pelotenses e denúncias de casos de discriminação racial sofrida por negros. Também foram datas comemoradas com festas públicas e bailes, onde havia a troca das diretorias dos sindicatos, clubes recreativos, esportivos e bailantes do qual a comunidade negra participava ativamente.

Em todas as datas de aniversário de fundação do semanário eram publicados artigos retrospectivos daquele dia, em que eram saudados e reverenciados os fundadores e mantenedores do jornal. Além disso, recebiam homenagens da comunidade negra aqueles que se encontravam na direção do hebdomadário. Nesse sentido, a diretoria da *Frente Negra Pelotense* enviava ofício a Juvenal Penny, dono do jornal, pela passagem do aniversário do “... digno órgão, batalhador pelo elevamento de nossa raça, pela data do seu 27º. ano de lutas e de vitórias...”<sup>6</sup>. No ofício em questão, percebemos a importância do jornal para o *elevamento da raça negra* daquela cidade, onde foi considerado “órgão” de representação política da *Frente Negra Pelotense*<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> Cf. esclarecedor artigo sobre resistência e sujeição dos escravos pelotenses, na disputa de abolicionistas e charqueadores. LONER, Beatriz Ana. 1887: a revolta que oficialmente não houve ou de como abolicionistas se tornaram zeladores da ordem escravocrata. In *História em Revista*. Pelotas, 1997, v. 3, pp. 29-52.

<sup>6</sup> Ofício da *Frente Negra Pelotense*, datado de 09.05.34, reproduzido no AA. 25.05.1934.

<sup>7</sup> A FNP foi trabalhada no capítulo III, da dissertação que deu origem a este artigo, intitulado: *Frente Negra Pelotense – A emancipação dos negros tem que ser obra dos próprios negros*.

Rodolfo Xavier, considerado pelo editor do jornal, o “...nosso mais antigo colaborador”, realizava, em quase todo aniversário do *A Alvorada*, um apanhado histórico que rememorava as origens do jornal. Segundo Xavier, o jornal *A Alvorada* foi fundado para ser a “vóz da raça” na cidade de Pelotas, numa “Época incompreendida, recém ressurgindo do atrazo, o lançamento de um jornal dependia de muita tenacidade para vencer todos os obstáculos oriundos dessa mesma incompreensão”<sup>8</sup>. O “atrazo” ao qual ele se referia era a situação sócio-econômica precária da maioria dos negros pelotenses no início do século XX. Definida como “Época incompreendida”, provavelmente em referência às dificuldades de se fazerem entender por negros e brancos naquela sociedade recém saída da escravidão, pois era um jornal engajado na luta por uma melhor posição social para os negros o que implicava uni-los em busca dos seus direitos. Os “obstáculos” que exigiam “muita tenacidade” daqueles homens que fundaram o jornal eram decorrentes da falta de condições materiais para a produção do semanário, o reduzido número de negros que sabiam ler, na maioria operários e a discriminação racial que atingia os da “raça”, frutos daquela mesma escravidão. A época a qual ele se referia era 1907, ou seja, havia se passado apenas dezenove anos da promulgação da “lei redentora”. Certamente as feridas abertas na relação conflituosa entre senhores e escravos ainda não tinham cicatrizado na cidade de Pelotas, onde os cativos e seus descendentes foram mão-de-obra fundamental no processo de urbanização e industrialização<sup>9</sup>. As condições sócio-econômicas e as relações raciais passadas, haviam marcado de forma perene a população negra e o restante da sociedade pelotense.

Em artigo comemorativo dos cinquenta anos do jornal, Xavier escrevia: “A raça preta é quem deve-lhe mais, pois, desde a fundação, o seu programa era a defesa da raça tida por inferior, negando-se-lhe a entrada em diversões públicas - Jardim Scotto, Café Java, Capitólio [cinema], nas cadeiras do Teatro Guarani.”<sup>10</sup> Fundar o periódico foi uma

---

<sup>8</sup> *A Alvorada*. Pelotas, 05 de maio de 1956. Artigo em que Rodolfo Xavier rememorava a fundação do jornal em 1907.

<sup>9</sup> GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Dissertação de mestrado em História, PUC-RS, Porto Alegre, 1993. Neste trabalho, a autora demonstra, por meio da reconstrução arqueológica e testamentária, que foram os negros cativos que construíram e mantiveram as residências urbanas dos charqueadores pelotenses.

<sup>10</sup> “*A Alvorada*”. AA. 05.05.1957.



das formas encontrada por Xavier e outros líderes de se defenderem do preconceito racial e segregação social que sofriam. No mesmo artigo, ele esclarece que eram “Sobrevivências racistas que vinham do Império e atravessaram a República, depois da libertação dos escravos”. O que haviam vivenciado no século anterior<sup>11</sup> permanecia no início do século XX, pois, quando da fundação do semanário, a segregação dos negros pelotenses não se restringia apenas a lugares públicos fechados (cinemas, cafés e teatros). Estendia-se também, aos lugares públicos abertos, como ruas, jardins e praças. Conforme relatos orais, em muitos locais públicos eram proibidos de permanecerem e nas calçadas da cidade tinham que ceder espaço para os brancos circularem<sup>12</sup>.

Criar estereótipos racistas seguindo cânones pseudo científicos que definiam os negros como inferiores foi uma forma eficiente que a sociedade pelotense e brasileira encontrou para negar e impedir aos negros não só de circularem em espaços públicos, mas também de competirem no mercado de trabalho que se instaurava no país. O discurso da inferioridade racial, nascido no final do século XIX como *ciência*, foi a principal forma de justificar a necessidade da imigração européia por falta de mão-de-obra nacional qualificada. Aquele discurso se reproduziu até o início da segunda metade do século XX, na tese da “irracionalidade” ou “dificuldade de adaptação” dos negros em competirem na sociedade capitalista que se formava<sup>13</sup>, o que foi amplamente combatido nas páginas do *A Alvorada*, por Xavier e outros que escreviam no jornal, pois tinham muito presente na sua história de vida experiência contrária. *A raça negra tida por inferior* era uma invenção da sociedade branca. O que se revela na superação dos limites daquela pretensa inferioridade, por alguns negros que haviam sido alfabetizados na Biblioteca Pública Pelotense em curso noturno e

---

<sup>11</sup> As trajetórias de vida daqueles que fundaram o jornal, foram trabalhadas no artigo *Intelectuais negros: “Operários de si mesmos, forjaram-se a si próprios”*, apresentado na ANPUH, Niterói, 2001.

<sup>12</sup> Situações de preconceito e discriminação racial são relatadas nas entrevistas realizadas por DELLA VECCHIA, Agostinho. *Os filhos da escravidão*. Pelotas: EdUFPEL, 1994.

<sup>13</sup> Ver o texto clássico de: FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 2 v. São Paulo: Ática, 1978. Fernandes avança quando define a *democracia racial* como um *mito*, mas não consegue fugir ao estigma da *inferioridade* ou *irracionalidade*, atribuída aos negros paulistas, no tocante a pouca adaptação destes às novas regras impostas pelo mercado de trabalho.

conseguiram subir alguns degraus na escala social da cidade. Ser escritor naquele tempo por si só já era motivo de orgulho e de melhor posicionamento social, pois diferenciava o indivíduo em relação ao trabalho manual desenvolvido pela maioria dos operários. Este mesmo autor, ao comentar "... casos raciais tipicamente regionais e próprios da Princesa do Sul [Pelotas]", nos alerta para o "preconceito de cor" ainda vigente naquela cidade no início dos anos cinquenta do século XX.

No artigo referido acima<sup>14</sup>, datado de 1950 e intitulado *O "estribilho" é sempre o mesmo*, ou seja, a parte da música ou cantilena que se repete, referia-se, a casos recorrentes de racismo que aconteciam na cidade, conforme Xavier, "... apesar de não aparecerem acidentalmente e muitas pessoas não acreditarem que no Brasil ainda exista o preconceito de cor", e eram reincidentes com tudo o que ele havia presenciado na sua trajetória de vida. Ele lembrava que quando era "guri", nos anos oitenta do século XIX, o *Deus te Livre*, popular mendigo das ruas de Pelotas, gritava e gesticulava pelas esquinas da cidade: "O Maia não quer, o Caldeira não consente! Ao que a gíria acrescentava: **negro não vai a baile, por que negro não é gente!**". *Deus te Livre* era apenas mais um daqueles que, nascidos em cativo ou descendentes da senzala, sofreram com a repressão policial e tiveram os espaços públicos cercados para circularem. *Caldeira*, era o Delegado de Polícia e, *Maia*, o Prefeito de Pelotas na época<sup>15</sup>.

Servir de mote para o gozo e deboche dos outros, somados à violência policial, abandono, discriminação racial e preconceitos de todo tipo que sofreu *Deus te Livre*, talvez fosse a causa da sua loucura. Pois a "gíria" a que Xavier se referia era o coro do "rapazio inquieto" que se alvoroçava ao ouvir *Deus te Livre*, que: "...discursava como qualquer deputado e sabia manter-se em linha tão neutral entre os contendores do tempo que nem liberais nem conservadores se podiam agastar"<sup>16</sup>. Ou seja, quem discursava daquela forma, mercendo comparação - realizada por um representante da elite pelotense - com deputado, é por que tinha algum conhecimento e

---

<sup>14</sup> "O "estribilho" é sempre o mesmo". R.X, AA. 04.02.1950 conforme o original.

<sup>15</sup> Cf. jornal *Correio Mercantil*. Pelotas, 05.07.1881 O Delegado de Polícia, Major José Joaquim Caldeira, é avisado por um articulista deste jornal que Pelotas encontrava-se sob um vulcão prestes a explodir, pois se articulavam para "uma revolta de escravos, combinados os da cidade com os da charqueada". Citado por MELLO, Marcos L. *Revirás, batuques e carnavales: a cultura de resistência dos escravos em Pelotas*. Pelotas: EdUFPEL, 1994.

<sup>16</sup> OSÓRIO, Fernando. *A cidade de Pelotas*. Pelotas: Diário Popular, 1922, p. 175.

não fora um lunático a vida toda. *Deus te Livre* era um daqueles que, construtor da cidade de Pelotas, provavelmente fora abandonado pela sociedade<sup>17</sup>. Introjeteu o estereótipo da inferioridade racial e sucumbiu na difícil trajetória de superar os limites sociais e raciais criados na relação entre brancos e negros naquela cidade.

Rodolfo Xavier era o maior incentivador para que os negros pelotenses assumissem papel de destaque, superassem o preconceito racial e o estigma de inferioridade introjetado. Ele era o intelectual negro mais bem preparado<sup>18</sup>, representava a memória viva das “lutas” empreendidas através do jornal. Regularmente ele publicava seus relatos, ilustrados com cópias de documentos que guardava, como no caso da carta que recebeu de Monteiro Lopes, endereçada da Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro, em 02 de maio de 1910. Na carta, Monteiro agradecia o recebimento de correspondência de Xavier acompanhada “... do valente periódico que serve de grito de tua alma indignada, e que vale pelo brado de alerta. A comunhão dos negros e dos mulatos para defesa da pátria [...] Porque pretendem nos excluir da grande comunhão nacional”<sup>19</sup>. Monteiro atestava que ainda não se recuperara da recusa em ser empossado Deputado Federal, em 1909, segundo ele, por ser negro. Naquela ocasião, ele foi apoiado por Xavier e outros pelotenses, que através do *A Alvorada* foram convocados para reunião em 06 de março de 1909, onde fundaram o *Centro Etiópico Monteiro Lopes*, na sede do *S. R. Flores do Paraíso*, clube bailante negro, onde compareceram mais de trezentas pessoas<sup>20</sup>.

Xavier foi empossado *Secretário* daquele *Centro* e mandou um telegrama de apoio ao *Centro Internacional Operário* com sede no Rio de Janeiro, que já encaminhara ação judicial a favor do deputado eleito. Ele teria enviado também um telegrama de reivindicação ao Presidente da

---

<sup>17</sup> Ver artigo sobre abandono, internamentos, sofrimentos e mortes dos trabalhadores cativos na cidade de Pelotas. GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, brancos e “pardos” na construção do novo mundo, Pelotas 1848-1888.** *História em Revista*, Pelotas, UFPEL, v. 3, nov. 1997, p. 53-83.

<sup>18</sup> Xavier, regularmente, citava obras de, Gilberto Freyre, Nina Rodrigues, Sílvio Romero, nos seus artigos, além de vários jornais nacionais. Sobre os intelectuais brasileiros, ver artigo, “Somos ou não somos”. RX. AA. 23.07.1933 Onde ele discute a opção dos afro-brasileiros se assumirem negros ou não e a *mestiçagem brasileira*.

<sup>19</sup> “Uma oportunidade”. RX. AA. 06.03.1932.

<sup>20</sup> “Revivendo o passado”. R.X. AA. 07.06.1952.

República Afonso Penna solicitando a posse imediata de Monteiro. Nos telegramas o *Centro Etiópico Monteiro Lopes* exigia o cumprimento da Constituição, onde uma pessoa regularmente eleita, ao que parece, não fora empossada pelo fato de ser negra. Nesta situação, parece existir uma significativa vinculação entre o que entendemos como os primeiros passos do movimento negro brasileiro por dentro do movimento operário. Não queremos dizer com isto, que havia um amplo consenso e mobilização dos negros na defesa dos seus interesses, mas sim que havia núcleos de pessoas que agiam de forma organizada, representando fato significativo para a época. Nas cidades de Rio Grande e Bagé, a partir de reuniões com grande número de pessoas, aquela reivindicação também mobilizou as comunidades negras da região sul do estado, resultando na fundação de centros de apoio ao deputado eleito<sup>21</sup>.

Na *Voz do Trabalhador*, um operário negro vinha à público se manifestar contrário ao chamado de Monteiro para que os *homens pretos do país* o defendessem, segundo ele, era uma exploração política do fato, já que o *preconceito* [racial] *era quase extinto*<sup>22</sup>. Ser negro operário, naquela época, denotava uma certa legitimidade e ascensão social, pois a maioria dos *irmãos da raça*, estavam nas margens da sociedade. O racismo, como ideologia dominante, é uma das principais formas de dominação e alienação dos indivíduos, sempre que havia a disputa dos negros por um melhor posicionamento social, lá estava um dos representantes da *democracia racial*, neste caso, era um *operário negro*.

Entre os líderes dos movimentos dos trabalhadores e dos negros, raras vezes houve concordância de opiniões sobre qual a direção a ser tomada numa ação como aquela, neste caso, com resultado positivo. O deputado federal Manuel da Motta Monteiro Lopes depois de empossado, foi a Pelotas em 16 de janeiro de 1910 para agradecer o apoio recebido. Segundo Xavier, no artigo citado, “Foi esta a manifestação mais grandiosa

---

<sup>21</sup> Aliás, não temos unidade e consenso nem dentro do movimento negro contemporâneo, hoje, cada vez mais, definido no plural – *movimentos negros*. Uma hipótese me move para pesquisa futura no sentido de mostrar a organização e mobilização dos negros gaúchos muito maior do que as fontes que tenho sugerem. Por exemplo, em 1924, temos a mobilização e fundação, pelos negros gaúchos, do *Centro Cívico Dr. Alcides Bahia*, outro deputado que teve problemas para ser empossado, ao que parece, por ser negro.

<sup>22</sup> Segundo o jornal *Voz do Trabalhador* de 17.05.1909. Citado por LONER, Beatriz A. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande, 1888-1930*. Pelotas: EdUFPEL: Unitrabalho, 2001.



em homenagem a um ‘homem de côr’, levada a cabo pelos ‘homens de côr’ de Pelotas”, saudado com banda musical, visita às sociedades negras da cidade e discurso na *Liga Operária*. Naquela data, além de ser homenageado pela comunidade negra gaúcha<sup>23</sup>, Monteiro Lopes tomou contato com o “preconceito de cor” vigente na cidade. Havia reservado quarto no *Hotel Grindlh* que à última hora, quando chegou para dormir foi informado que só poderia obter um dormitório junto à cozinha<sup>24</sup>.

Situação de preconceito racial que foi comprovada também por Natal da Portela, fundador em 1923 da Escola de samba carioca de mesmo nome. Em entrevista de 1972, Natal, questionado sobre o “problema racial” brasileiro, disse: “Problema tem. Tem porque eu já corri isto tudo no Brasil. Em Pelotas é espeto meu camarada. Pra conseguir um hotel fui obrigado a ir na Polícia senão não dormia.”<sup>25</sup> Demonstra-se assim, a permanência da discriminação racial naquela cidade, desde o início, até o final da primeira metade do século XX. Isto não era exclusividade de Pelotas<sup>26</sup>, o Brasil todo foi e continua sendo palco de discriminações e preconceitos contra os negros. Naquela cidade no entanto, a situação parecia ser aguda como o *espeto* sugerido por Natal, instrumento usado no tradicional churrasco gaúcho, no sentido de que a polaridade negros/brancos era definidora de comportamentos, “lugares” e espaços públicos a serem ocupados. Natal da Portela, cantor popular, conhecido nacionalmente, assim como Monteiro Lopes, provavelmente o primeiro negro a ser eleito Deputado Federal no Brasil, não reconheceram o “lugar” determinado aos negros naquela sociedade.

Os intelectuais negros ligados ao jornal *A Alvorada* atuavam como críticos daquela realidade social, recusavam a ordem existente, calçados que estavam no grau de informação e contatos pessoais que possuíam sobre

---

<sup>23</sup> Ao que parece, algumas cidades, mandaram representantes de suas respectivas comunidades negras, para saudarem o deputado negro empossado.

<sup>24</sup> “Preconceito de cor”. RX. AA. 15.03.1947.

<sup>25</sup> “As grandes entrevistas do Pasquim”. In *Pasquim*. Rio de Janeiro: Ed. Codecri, 1975. Entrevista com Natalino José Nascimento ( Natal da Portela), realizada em 01.02.1972, quando contava 69 anos de idade.

<sup>26</sup> Ver as reportagens: “O Brasil me desencantou”. AA. 09.03.1947 A jornalista norte-americana Irene Diggs, “por não ser branca”, foi proibida de hospedar-se no Hotel Serrador no Rio de Janeiro. “No Brasil preconceito de cor?”. AA. 07.07.1951 “Preconceitos de raça ou de cor”. AA. 21.07.1951.

outras realidades<sup>27</sup>. Forneciam idéias para superar os problemas, conscientes do seu papel social de intérpretes dos anseios da comunidade negra e elaboravam raciocínios convincentes que justificassem a mudança proposta. Armando Vargas, por exemplo, no início da década de trinta, lançava a idéia da fundação de uma sociedade de inquilinos que acabasse com as cartas de fiança que forçavam os operários, cada vez que necessitavam alugar um imóvel, a se submeterem aos desígnios dos patrões<sup>28</sup>. Da mesma forma, incentivava as costureiras a procurarem o *Sindicato dos Alfaiates*, “afim de organizarem e entrarem na luta em pról dos seus legítimos direitos”, esta que era a “classe” mais sacrificada, trabalhava doze horas por dia e recebia um salário miserável<sup>29</sup>. O apelo de Vargas para tal organização, segundo ele, não deu certo porque: “A causa dessa falta de união entre as costureiras da nossa terra, é a maldita seleção de cor, que tem feito a desarmonia entre os povos, que julgam que negro não é gente!”<sup>30</sup>.

A “seleção de cor” era colocada como justificativa para quase todos os problemas que envolviam a comunidade negra pelotense. É provável que boa parte das costureiras fossem negras, trabalhassem e convivessem com mulheres brancas e acontecessem problemas de convívio no interior das fábricas. Mas considerar os problemas de “falta de união” para fundar uma associação classista como causados por discriminação racial é estar míope para a realidade e ver uma parte só do problema. Duas outras questões podemos considerar: uma era a condição social difícil em que estavam inseridas a maioria das mulheres, negras ou brancas, na sociedade brasileira; outra era o *Sindicato dos Alfaiates*, profissão considerada nobre naquele período, aceitar mulheres costureiras nos seus quadros, o que nos parece ser uma proposta descabida para a época. Ainda podemos acrescentar a auto-consciência distorcida do intelectual negro, que comportava um certo sentido messiânico da verdade e do conhecimento o que, algumas vezes, trazia à tona muitos dos traumas introjetados da inferioridade da “raça negra” em relação à “branca” ou a *maldita seleção de cor*.

---

<sup>27</sup> Como líderes operários, alguns deles, tiveram a oportunidade de viajar pelo país e tomar contato com outras realidades. O jornal fazia referência constante às condições raciais e sociais enfrentadas por negros nos mais diversos lugares do Brasil e exterior, principalmente, África e Estados Unidos.

<sup>28</sup> “Uma idéia” Armando Vargas - AV. AA. 10.06.1934.

<sup>29</sup> “A sorte das costureiras” AV. AA. 03.02.1935.

<sup>30</sup> “Culuna ‘Pedacinhos’ que interessam. Ainda as costureiras”. AV. AA. 07.04.1935.

Nos vários artigos do hebdomadário, a utilização do termo “raça” era usado, na maioria das vezes, como sinônimo de um conjunto de negros, o que sugere a posição ideológica dos intelectuais vinculados ao semanário sobre a formação da *nacionalidade brasileira*. A posição dos intelectuais negros foi reiteradas vezes divulgada, no sentido de defenderem a união, jamais a separação das raças para comporem a *nacionalidade brasileira*. Desta forma, haviam ressignificado “raça” - termo usado no século XIX por teorias biológicas (poligenistas) que definiam: “um grupo ou categoria de pessoas conectadas por origem comum”, distintas tanto fisicamente quanto em termos de capacidade mental<sup>31</sup> - e ocultaram, em parte, a hierarquia das raças proposta naquele conceito. Eles propunham posições iguais, lado a lado, da *raça negra* com a *raça branca* na formação do povo brasileiro.

Acrescentamos ainda que *raça* podia significar nacionalidade, população e etnia e a *antropologia* era uma *ciência* que na década de trinta ainda estava muito presa aos conceitos evolucionistas, racistas e deterministas da biologia e medicina legal. Todos aqueles conceitos eram informados pela *eugenia* - conjunto de idéias e práticas relativas a um “melhoramento da raça” que, criada no século XIX por Francis Galton, ganhou seguidores na primeira metade do século passado no Brasil<sup>32</sup>. A *instrução* era entendida como a principal forma de integração do negro na sociedade brasileira o que mostra, por um lado, os intelectuais negros alinhados com as *idéias nacionalistas* da elite intelectual brasileira preocupada em construir ideologicamente uma *nacionalidade brasileira*<sup>33</sup>, via mestiçagem, que se sobrepujasse à diversidade racial. Por outro, mostra diferença com relação aos discursos destes últimos, anti-racialistas, porque iam contra as teorias racialistas do século passado que hierarquizavam as raças, mas não eram anti-racistas ou contra o racismo, que era o caso dos intelectuais negros.

---

<sup>31</sup> Nesse sentido, ver: GUIMARÃES, Antonio S. A. Cap. I - Raça e racismo no Brasil. In **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: FUSP; Ed. 34, 1999.

<sup>32</sup> Cf. MACIEL, Maria Eunice da S. A eugenia no Brasil. In **Anos 90**, Revista do PPG História - UFRGS, Porto Alegre, n.11, jul. 1999, pp. 121-143.

<sup>33</sup> A literatura sobre a “intelligentsia” brasileira do período é vasta, mas no caso da aproximação dos intelectuais com a política do governo depois da Revolução de 30, ver: MICELE, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil, 1920-1945**. São Paulo: Difel, 1979; PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

Os intelectuais vinculados ao jornal estavam mais interessados, dentro daquela discussão da formação da *nacionalidade brasileira*, nas questões que diziam respeito aos negros. Suas preocupações eram com a forma desigual pela qual os negros estavam inseridos naquela sociedade, exigiam direitos iguais no acesso à educação e ao mercado de trabalho. Genericamente, a diferença entre as raças pouco interessava, já que o modelo a ser seguido era o modelo branco, mas queriam ser aceitos e assimilados na sociedade brasileira com as suas diferenças de coloração de pele. A assimilação que propunham, ao que nos parece, era muito mais em relação ao acesso aos valores culturais e sociais branco dominante do que genotípica. Não queriam se tornar brancos, via intercurso racial ou branqueamento, mas sim usufruir das mesmas benesses sociais.

Os maiores conflitos geralmente se estabeleceram com os *outros*, ou seja aqueles que estavam fora da comunidade negra e não comungavam dos mesmos problemas. Por exemplo, no caso da fundação da *Frente Negra Pelotense* (10 de maio de 1933), criada para *pugnar pela união e defesa da raça*, nos moldes da *Frente Negra Brasileira* (SP, 1931-1937), os idealizadores foram acusados de racistas e divisores da classe operária. Rui Topin<sup>34</sup>, provavelmente líder operário branco, pois nunca encontramos o seu nome participando de qualquer atividade ligada à comunidade negra divulgada no *A Alvorada*, escreveu:

De fato o negro não sofre porque é negro! O negro não está oprimido porque tem a pele preta! Não está amordaçado pelas cadeias de ferro da ignorância, tão somente pelo preconceito de raça! [...] Há no mundo uma só luta, no momento que passa. É a luta de classes, a guerra entre os opressores e os oprimidos, entre os burgueses e os proletários! A cor é um detalhe secundário [...] Portanto, a Frente Negra tem uma missão que ultrapassa as fronteiras da raça! [...] O trabalhador não tem raça, nem cor! O trabalhador só tem classe.<sup>35</sup>

A fundação da FNP encontrou opositores não apenas fora das suas fileiras, conforme acima, mas também internamente até na definição do

<sup>34</sup> Encontramos outro artigo de Topin, que apela para a criação de uma *Frente Única Proletária* que uniria a *Frente Sindicalista* e a *Liga Operária*. "Proletário Pelotense, unete" AA. 11.06.1933.

<sup>35</sup> "Campanha Pró-Educação - Pela emancipação proletária!". Rui Topin. AA. 18.06.1933.



nome, quando foi sugerido “Cordão Carnavalesco Pró-Instrução”, já que a *Frente* havia nascido no interior de uma *campanha*<sup>36</sup> pela instrução dos negros. A opção pelo adjetivo negra, no nome da *Frente*, já mostrava ao senhor Topin que a cor não era um *detalhe secundário* para aquelas pessoas, muito menos para o articulista. Conceber as questões raciais como um falso problema era uma forma eficiente de omitir a diferença e aglutinar os trabalhadores para a luta de classes. Mas, a cor da pele, em seu diversos matizes era o que definia a raça, portanto, era marca indelével com dimensão material bem definida no sentido de alternativa de vida, possibilidade de circulação e ascensão social.

A resposta foi imediata, um dos articulistas do hebdomadário, em réplica ao artigo de Topin, escreveu:

O nosso ponto de vista não é a ‘luta de classes’ - é a instrução dos negros [...] a ‘luta de classes’ está noutra esfera, está fora das cogitações da ‘Campanha Pró-Educação’. [...] Primeiro nos instruíamos que é saber nos defender e pugnar pelos nossos direitos, dentro da Justiça e da Razão [...] Primeiro destruamos o preconceito de cor e depois a tirania do Capital, eis o nosso ponto de vista ...”<sup>37</sup>

Era Xavier, líder operário e um dos escritores e fundadores mais respeitados do *A Alvorada* e da comunidade negra, que respondia. Marcava presença nas páginas do jornal para, com seu exemplo<sup>38</sup>, definir as linhas de atuação da FNP e buscar aglutinar o maior número possível de pessoas em suas fileiras. No entanto, os dois artigos deixavam transparecer que a união dos negros pelotenses ao redor de um objetivo comum não era tarefa fácil, por vários motivos, entre os quais a política diretiva da maioria das organizações classistas, que não viam na “questão racial” um problema a ser resolvido. Tanto o problema do racismo, quanto o da baixa instrução, eram questões consideradas exclusivas dos negros, que, encaminhadas por eles, eram acusados de racistas e divisionistas. Se no Brasil não existem raças, logo, aqueles que falam de políticas sociais para negros são racistas.

<sup>36</sup> Ver artigo “O Nosso Nome”. Zumbi dos Palmares. AA. 03.09.1933.

<sup>37</sup> “Não desvirtuemos os nossos fins...”. RX. AA. 09.07.1933.

<sup>38</sup> Os artigos de sua lavra, alguns intitulados “Subsídios para a Raça Negra”, contavam a sua trajetória como antigo “batalhador” pelas causas dos negros, como líder operário e fundador de várias associações negras.

Para boa parte das entidades classistas, primeiro os operários - brancos e negros - deveriam se libertar das garras do *Capital*, para depois deslocarem os seus exércitos proletários para lutarem em outras frentes. A *Liga Eleitoral Proletária*, por exemplo, organizada pela Federação dos Operários do Rio Grande do Sul (FORGS), tinha entre as reivindicações políticas, nas eleições de 1934, a "... igualdade de direitos para todas as raças exploradas e oprimidas...". Era uma forma genérica de reivindicar que não contemplava a diferença étnica daqueles que formavam a classe trabalhadora. Nessa linha, como agravante para a situação dos *nacionais* frente aos imigrantes, a FORGS pedia a "abolição da lei dos dois terços"<sup>39</sup>. Conforme veremos, foi o conjunto das leis trabalhistas e, principalmente, a "lei dos dois terços", antiga reivindicação dos operários *nacionais*, diga-se negros, que de certa forma tornou possível uma maior consciência de que eles possuíam direitos diferenciados. O que abriu o precedente legal para os negros exigirem igualdade política, social e racial, previstas na Constituição, mas não reconhecidas no dia-a-dia.

Para Xavier, antigo *batalhador* da causa dos operários, aquele discurso pela unidade da luta de classes de Topin, bem como a proposta da FORGS, pareciam não passar de discursos de véspera de campanha eleitoral, com a intenção de unificar o proletariado em direção à "luta de classes". No seu *ponto de vista*, primeiro se deveria destruir o preconceito de cor e depois a *tirania do Capital*, o que deveria ser realizado após a educação dos negros, meio fundamental de conhecer e defender os seus direitos de acordo com a *Justiça* (Constituição) e *Razão* (conhecimento/educação). Ao que parece sua *consciência de classe* veio por meio da educação, onde se estendeu para uma consciência racial e étnica, ao longo do tempo, cada vez mais definida. Talvez Xavier já tivesse experimentado encaminhar, dentro das organizações do movimento operário, alguns problemas que atingiam principalmente os trabalhadores negros, como o preconceito racial e a baixa escolaridade. Esta farefa foi proposta e executada pelos próprios negros, os maiores prejudicados e interessados na questão, pois apenas eles sabiam que a cor não era um *detalhe secundário*<sup>40</sup>.

Conforme sabemos, não se formou a *Frente Única dos Trabalhadores*, sugerida pela FORGS, dirigida por militantes do PCB e

---

<sup>39</sup> Cf. BARRETO, Álvaro. Os partidos operários e as eleições de 1934 no Rio Grande do Sul. In *Cadernos do ISP*, Pelotas, no. 11, dez. 1997, pp. 49-64.

<sup>40</sup> *O preconceito de cor no Brasil só nós os negros o podemos sentir*. Este era o lema do jornal *A Voz da Raça*, órgão oficial da **Frente Negra Brasileira**. São Paulo, 1931-1937.

PSPB, na época reconhecida como a principal entidade supra-sindical do Estado. Rodolfo Xavier fazia parte do Partido Socialista Proletário Brasileiro, pelo qual concorreu ao cargo de deputado estadual classista naquelas eleições. Portanto, um dos motivos do desentendimento relativo à formação da nominata da Frente Única Trabalhista, poderia ser quanto ao encaminhamento da “questão racial” brasileira, tema polêmico naqueles tempos.

Existiam limites bem demarcados no interior da sociedade pelotense que definiam os espaços de convivência e circulação dos indivíduos que formavam a comunidade negra. Estes limites diziam respeito principalmente aos operários negros, na grande maioria sujeitos à discriminação racial e social mesmo entre seus colegas de condição social operária. Nesse sentido, foi noticiado no semanário:

“... a baita lambança numa sede operária, por causa de não quererem que dançasse negros com os brancos e brancos com os negros. Parece mentira que nos meios operários ainda possa existir o preconceito”<sup>41</sup>.

O mesmo colunista cita, mais abaixo deste texto, uma briga de casais ocorrida no *Círculo Operário Pelotense* no final de semana anterior ao artigo, o que pode ser a tal *baita lambança*. Ele parecia estar surpreso com o ocorrido, talvez não fosse comum o racismo no meio operário com proibições de que não dançassem brancos com negros. Consideramos de qualquer forma, que a mais tênue possibilidade de um indivíduo sentir-se constrangido, no sentido de passar o vexame de ser barrado no baile ou não sentir-se à vontade para se divertir entre aqueles que ele pensa serem iguais, já os afasta, muitas vezes, daqueles ambientes. A possibilidade real ou imaginária de sentir-se constrangido no direito de ir e vir, já limita as opções dos indivíduos e delimita fronteiras entre as pessoas, resignando-as aos limites definidos na relação, o que as leva para a busca do reconhecimento entre os seus.

Ao longo de mais de cinquenta anos, no contexto por onde circulava o jornal e agiam os intelectuais negros que o fundaram e mantiveram, identificamos variada gama de organizações políticas, esportivas, bailantes e recreativas, criadas para defenderem os interesses da comunidade negra pelotense. Contudo, as diferenças sócio-econômicas e de coloração epidérmica entre eles, conseguiram forjar uma certa identidade étnica - como negros operários - principal forma que encontraram para se

---

<sup>41</sup> Coluna “Pesquei”. AA. 27.10.1935.

representarem. Desta maneira, tinham como objetivo a *união da raça* e a busca da resolução dos seus problemas, chegando a exigir que a diferença não justificasse a desigualdade no acesso aos bens públicos, nem o cerceamento da liberdade de ir e vir.

O jornal *A Alvorada* possuiu correspondentes em São Paulo, Rio de Janeiro e Portugal, conforme consta nos endereços dos assinantes e copioso número de correspondências e jornais, chamados de “co-irmãos”, que chegavam de todo o país e eram noticiados semanalmente<sup>42</sup>. Nas décadas de 30 e 40, encontramos nas páginas do semanário pouca referência aos maiores veículos de comunicação impressa do Rio Grande do Sul, *Revista do Globo* e jornal *Correio do Povo*, o que sugere, uma preocupação maior com os problemas nacionais em detrimento das questões regionais. O que, por um lado, pode ser reflexo da invisibilidade imposta aos negros pela imprensa e intelectualidade rio-grandense, naquele momento mais “... imbuídas do espírito de descobrirem o povo, de definir o nacional e o regional, ou melhor, de definir o regional enquanto parte do nacional”<sup>43</sup>. Por outro, a discordância em relação àqueles discursos, nos quais os negros eram definidos como formadores do *povo brasileiro* e, com o processo da mestiçagem, tenderiam a desaparecer. Neste caso, os intelectuais gaúchos da elite faziam coro com os intelectuais do centro do país, pois ressaltavam os aspectos positivos de uma massa informe chamada *povo* ou *cultura popular*. Com a diferença que os intelectuais gaúchos definiam, na formação cultural e étnica do Estado, uma proeminência branca, posto que de origem lusa e imigrante européia, pretensamente superior<sup>44</sup>, para qual justificavam uma homogeneidade interna ao Rio Grande do Sul que encobria diferenças econômicas, sociais, étnicas e culturais, onde o negro também desaparecia como formador desta região. Ou seja, em nível nacional pelo menos ele era um dos formadores, já que no estado ele parecia nunca ter existido.

Temos ainda nas páginas do *A Alvorada* problemas que diziam respeito às condições de trabalho (salários, greves, legislação, sindicato),

---

<sup>42</sup> A Biblioteca Calixto Nóbrega de João Pessoa - PB, agradece o jornal recebido. AA. 17.02.1935. A. J. Cavalcante de Recife - PE, escreve o artigo “Preconceitos Raciais”, AA. 03.03.1935 e vários outros.

<sup>43</sup> GERMANO. Op. cit., p. 40.

<sup>44</sup> Nesse sentido, para o caso do Rio Grande do Sul no contexto da discussão sobre a formação da nacionalidade brasileira, ler: GUTFRIEND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992 e OLIVEN, Ruben. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.



saúde, moradia e educação dos trabalhadores em geral<sup>45</sup>. O interesse por estas questões sociais se deve ao jornal ter sido fundado por tipógrafos que, após o expediente de trabalho, se lançavam à faina de elaborar o seu próprio meio de comunicação impresso. Entre os seus editores, articulistas e colaboradores, muitos eram líderes e dirigentes operários, sendo a maioria do seu público leitor formada por trabalhadores. Desta forma, eram freqüentes as discussões sobre os rumos do movimento operário e do movimento negro, até porque significativa parcela da mão-de-obra que formava os sindicatos da cidade de Pelotas eram negros<sup>46</sup>.

No início da década de trinta, Rodolfo Xavier colocava algumas conquistas trazidas pela *Revolução* que levava ao poder Getúlio Vargas, saudada como “uma era nova para as classes trabalhadoras(...) porque sindicalizando-se todas as classes e oficializando-as por lei elas terão, indubitavelmente, apoio dos governantes”<sup>47</sup>. Fazia referência ao Decreto número 19.770 de 19.03.31 do Governo Provisório, que obrigava todas as categorias profissionais - “classes” - a criarem sindicatos e oficializarem a sua existência junto ao governo federal. Isto, de certa forma, ia ao encontro das propostas de Xavier, reiteradas vezes divulgadas no semanário, no sentido da “sindicalização dos obreiros de Pelotas”.

Alguns meses após o referido artigo, a “nova era” assumia contornos pessimistas, em que “O operário é cortejado por todos os lados, já adquiriu foros de cidadania, já lhe cederam algumas vitórias (se bem que iguais as de Pirro!) e presentemente está organizando sindicatos”<sup>48</sup>. Como velho militante do movimento operário pelotense, havia ajudado a fundar em 1897 a *União Operária Internacional*, Xavier reconhecia alguns avanços do operariado brasileiro, agora sancionados por lei. Mas parecia vislumbrar os limites daquele sindicalismo tutelado pelo Estado, quando definia, no último artigo citado, o que entendia por sindicato: “Um órgão de defesa servido pelos seus legítimos defensores, pelos que comungam da mesma

---

<sup>45</sup> “Mártires sociais”. *Hemani Gonzalez* AA. 13.12.1947; “Pleiteando aumento de ordenado”. AA. 04.10.1947; “Salário mínimo”. AA. 06.03.1954; “Lutas e reivindicações”. AA. 19.06.1954; “Reforma Agrária”. AA. 21.05.1955; “Tabelamentos e congelamentos”. AA. 19.02.1955; “A volta dos pelegos”. AA. 10.09.1955; “Injustiças sociais”. AA. 28.11.1909; “O trabalho e o salário”. AA. 19.11.1955, todos artigos assinados por Rodolfo Xavier.

<sup>46</sup> Ver LONER. B. A. Op. cit., 1999.

<sup>47</sup> “Syndicalismo”. R.X. AA. 27.12.1931.

<sup>48</sup> “Sindicatos”. R.X. AA. 17.07.1932.

hóstia, pelos que mourejam nas suas fileiras e não pelos adventícios e parasitas de todos tamanhos e feitios.” Xavier mostrava desacordo com a política do Governo de tutelar os sindicatos, pois abria a possibilidade legal de se unirem, “... patrões e operários, ricos e pobres e agora até com militares - poderão ser tudo menos associações de classe [...] não precisamos de intermediários”<sup>49</sup>. Conforme propunha a *Frente Sindicalista de Pelotas*, grupo oponente de Xavier, naquele momento. Ele acreditava como socialista que dizia ser: “A emancipação dos trabalhadores, tem que ser obra dos próprios trabalhadores.”<sup>50</sup>, o que mostrava duas posições diferentes de “correntes de trabalhadores” em Pelotas, impasse que foi resolvido, com a presença na cidade, do representante do Ministério do Trabalho, Ernani de Oliveira, a pedido da *Frente Sindicalista*.

Xavier parecia ter clara a sua posição de autonomia e organização do movimento operário por “classe” muito antes da vinda do representante do Ministério do Trabalho à Pelotas, conforme a sua trajetória mostra. Pouco antes da data de “discordância dos modos de agir de duas correntes de trabalhadores”, que mereceu atenção do representante do governo, encontramos seu nome em anúncio de fundação de um sindicato. Ele estava, em 27 de setembro de 1932, compondo a nominata do *Sindicato de Pedreiros e Serventes de Pelotas* como *Primeiro Secretário*<sup>51</sup>. Discordância quanto aos rumos a serem tomados pelo operariado pelotense que existiam também sobre a mesma questão dentro do jornal *A Alvorada*, conforme podemos perceber através dos artigos de Armando Vargas<sup>52</sup>.

O “projeto” implementado logo após a Revolução de 30 tinha no seu bojo o rompimento de um processo de autonomia das classes trabalhadoras que vinha se configurando desde a Primeira República. Conhecido como “trabalhismo brasileiro”, este projeto começou a ser implementado no Governo Provisório (1930-34) e, especialmente no período do Estado Novo (1937-45), a classe trabalhadora foi incorporada como ator central no cenário da política nacional. A cidadania, entendida

---

<sup>49</sup> “A Frente Sindicalista de Pelotas”. R.X. AA. 09.10.1932.

<sup>50</sup> “Sindicalização”, R.X. AA. 25.09.1932.

<sup>51</sup> Ver anúncio de fundação com nominata completa em *A Alvorada*, 16.10.1932.

<sup>52</sup> Ver a coluna “Horas Vagas - Vida operária”, AA. 23.10.1932, assinada por Armando Vargas, em que saúda a Frente Sindicalista de Pelotas que diz trabalhar ativamente em favor de seus sócios.

como gozo de direitos sociais e políticos sancionados por lei, procurou atingir principalmente os trabalhadores, o que, por um lado, reconhecia e legitimava as lutas passadas dos trabalhadores; por outro, assegurava o seu controle pelo Estado. Dentre as leis com este caráter, podemos citar a regulamentação das oito horas de trabalho diário e a criação da carteira de trabalho e do direito à sindicalização, tutelados pelo governo.

O ano novo de 1932 veio cheio de “promessas e esperanças”, oito horas de trabalho, salário mínimo, proteção aos menores trabalhadores, pensões à velhice e regulamentação do trabalho feminino. Nesse conjunto, Xavier afirmava que:

A lei dos dois terços é, incontestavelmente, um dos passos mais agigantados que os trabalhadores nacionais conquistam por intermédio da nova orientação dos homens de 3 de outubro. [...] O trabalhador nacional, por essa lei, será garantido nas oficinas, nas indústrias e no comércio e nas empresas estrangeiras que dão de preferência, cinquenta por cento dos lugares aos seus compatriotas em prejuízo dos filhos do país<sup>53</sup>.

Desde o início daquela década, com a posse do Governo Provisório no final de 1930, resultado da revolução de 3 de outubro daquele ano, a sociedade brasileira, principalmente os trabalhadores organizados, ficaram na maior expectativa sobre os direitos trabalhistas há muitos anos reivindicados. Esta situação instável possibilitou, também, uma ampla discussão na sociedade sobre uma nova Constituição a ser votada. Em fevereiro de 1932, o novo Código Eleitoral estabelecia o voto secreto e o direito das mulheres votarem e serem votadas, e em maio é fixada, por decreto, a eleição para a Assembléia Constituinte, que se reuniria no ano seguinte.

Para Xavier, no mesmo artigo, as leis trabalhistas, principalmente a “lei dos dois terços”, contribuiriam para que a “questão do trabalho” deixasse de ser “caso policial”, e o trabalhador se integrasse à estrutura social e econômica do país. O Governo Provisório havia criado, em agosto de 1931, a Lei de Nacionalização do Trabalho, que requeria dois terços -

---

<sup>53</sup> “Anno Novo”. R. X. AA. 03.01.1932.

75% - da mão-de-obra brasileira na indústria e no comércio<sup>54</sup>, o que, de certa forma, colaborava com a previsão de Xavier. Não obstante, em dezembro daquele ano, saíram às ruas da capital federal a *Cruzada Nacionalista*, formada por dez mil operários, na maioria desempregados, que pediam que a lei se tornasse efetiva<sup>55</sup>. Tal situação por um lado, mostrava que o decreto presidencial não vinha sendo cumprido pelos empregadores; por outro, tornava clara a desconfiança dos trabalhadores para com os *revolucionários* de trinta.

No jornal *A Alvorada*, foi anunciado, uma semana antes da data que noticiava a fundação da *Frente Negra Brasileira* em São Paulo<sup>56</sup>, que o Governo Provisório mostrava-se fragilizado:

Há duas correntes fortes, constituídas de elementos revolucionários, antagônicas entre si, quanto a efetivação da constitucionalidade do país. [...] O comércio e as indústrias quase paralisados; uns abrindo falência, outros agonizando; os bancos, os que não deram o estouro da boiada, sustentam-se num equilíbrio malabarista, entradas e saídas, apavorados com a queda brusca da libra esterlina; o número de desempregados, dia a dia, avulta as centenas sem saber para onde ir e para quem pedir trabalho; o tesouro federal, os estados, os municípios, controlam matematicamente, as suas despesas pelas receitas; dispensam uma parte do funcionalismo público e a outra parte que fica é cerceada em um terço dos seus vencimentos [...]

O quadro sócio-econômico do país, traçado acima, pode parecer alarmista, mas não era, se considerarmos que o Governo Provisório encontrava-se dividido, pois o *Partido Democrático* de São Paulo havia rompido com Getúlio Vargas no início daquele ano. A convocação de uma Assembleia Constituinte ainda possibilitava discussões acaloradas e, principalmente, a crise econômica e financeira provocada pela queda vertiginosa do preço do café que assolava o país.

---

<sup>54</sup> Ver: *Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil*, 25.08.1931.

<sup>55</sup> Rio, 12.12 (Diário) - *Cruzada Nacionalista*. AA. 27.12.1931.

<sup>56</sup> "A Frente Negra Brasileira". R.X. *A Alvorada*, 28.02.1932.

<sup>57</sup> "Constitucionalidade." Rodolfo Xavier AA. 21.02.1932.



Conforme o exposto acima, pode-se inferir que o momento era propício, por um lado, para uma discussão sobre direitos trabalhistas no Brasil, por outro, no bojo daquela questão, se aproveitavam para discutir também a situação desfavorável dos *nacionais* em relação aos imigrantes no tocante o acesso ao mercado de trabalho. Portanto, considerando que a maioria dos trabalhadores nacionais eram originários da senzala, negros e descendentes, o momento parecia favorável para a discussão sobre direitos raciais no país. Nesse sentido, a fundação de uma entidade de negros como a FNB, passou a ocupar papel fundamental como representante dos negros brasileiros naquela discussão, uma vez que o Estado brasileiro encontrava-se fragilizado econômica e politicamente e buscava apoio junto aos trabalhadores, principalmente os *nacionais*. Desta forma, não é à toa que Getúlio Vargas recebeu Isaltino Veiga dos Santos, representante da FNB em audiência no ano de 1933<sup>58</sup>. Este encontro que ratificou o reconhecimento do Governo Provisório da existência da *Frente* e das reivindicações dos negros alinhados com a proposta daquela entidade, bem como o apoio dos mesmos ao governo de Getúlio. Eram partes constitutivas, diferentes, mas não antagonicas, de um projeto de construção da *nacionalidade brasileira*.

Rodolfo Xavier lembrava, em 1949, que as oito horas de trabalho já estavam generalizadas no país quando o governo decretou a lei. Segundo ele, boa parte daquelas conquistas dos trabalhadores “Foi - e ninguém contesta - obra, exclusivamente dos esforços das lutas e greves de trabalhadores nacionais e estrangeiros”<sup>59</sup>. Desta forma, Xavier mostrava que tinha conhecimento da história do movimento operário internacional, pois naquele artigo ele colocava que a partir dos “mártires de Chicago”, o dia 1º de Maio era símbolo de reivindicações e não dia de festa, demonstrando unidade e força dos trabalhadores.

Alguns intelectuais negros que fundaram e mantiveram o jornal *Alvorada* por mais de cinquenta anos na cidade de Pelotas, haviam participado da luta inicial daquele processo de autonomia do operariado juntamente com Xavier. Processo no qual os trabalhadores brasileiros tinham mais liberdade para se organizarem, pois não estavam atrelados ao Estado e, conseqüentemente, possuíam menos direitos sociais assegurados. No

---

<sup>58</sup> Ver: CUNHA, Olívia Maria G. da. 1933: o ano em que fizemos contatos. In: *Revista USP*, São Paulo, dez./jan./fev. 1995-1996, n. 28, pp. 142-163.

<sup>59</sup> “1º de Maio”. R. X. AA. 05.05.1949.

início daquele processo a maioria dos negros pelotenses não tinha praticamente nenhum direito e qualquer liberdade, ao contrário dos trabalhadores livres. As “lutas” dos negros pelotenses haviam iniciado muitos anos antes do movimento operário, iniciaram ainda durante a escravidão<sup>60</sup>.

No início da década de trinta, passou a fazer parte do semanário uma nova geração de intelectuais negros, preocupados com os mesmos problemas dos seus antecessores - contra a discriminação racial e social, a favor da elevação moral da “raça negra” e melhoria da situação sócio-econômica do operariado pelotense. A primeira vez que encontramos artigos no *A Alvorada*, assinados por **Zumbi dos Palmares**<sup>61</sup>, foi na década de trinta e tudo nos leva a crer que foram escritos por Humberto de Freitas. Ele sabia escrever e ler<sup>62</sup>, além de viajar como representante do *Sindicato dos Sapateiros*<sup>63</sup>, ocasiões em que, provavelmente, foi informado da existência do líder do Quilombo de Palmares. Quase trezentos anos depois, Freitas percebeu o tanto de revolta e heroísmo que existia naquele personagem histórico e, reinterpretando aquela tradição de resistência, ressuscitou o negro rebelde que pensa, escreve e age na defesa dos operários negros. Era comum os redatores do jornal assumirem codinomes quando escreviam sobre assuntos mais polêmicos, bem como para reforçarem ou defenderem uma identidade étnica positiva para os afro-descendentes. Além disso, tinham a responsabilidade de preencher as páginas do semanário, para isso assinavam, algumas vezes, dois ou mais artigos com nomes fictícios (*Pardo Otrebla, Creoulo Leugim, Bersil Luz, Moço Negro, Negro Velho, Tribuno*

---

<sup>60</sup> Extensa relação de organizações negras, fundadas em Pelotas no final da escravidão, é citada em LONER, Beatriz A. *Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio grande, 1988-1930*. Pelotas: EdUFPEL: Unitrabalho, 2001.

<sup>61</sup> “Salve 5 de Maio”. AA. 05.05.1934 e “13 de Maio”. AA. 13.05.1934, ambos artigos assinados por “Zumbi dos Palmares” (negrito nosso).

<sup>62</sup> *A Classe Operária*, jornal do Partido Comunista, em edição de 1º de Maio de 1929, em artigo de Astorjildo Pereira, saúda a “República de Palmares e a figura épica de Zumbi, o nosso Spartacus Negro”. Talvez o primeiro intelectual brasileiro a reconhecer o caráter classista da luta travada pelos negros palmarinos. Ainda o romance de Jayme de Altavilla, *O Quilombo dos Palmares*. São Paulo: Melhoramentos, 1932. Cf. Apresentação realizada por Waldir Freitas de Oliveira do livro *O Quilombo dos Palmares*, de Edison Carneiro. São Paulo: Ed. Nacional, 1988.

<sup>63</sup> Em edição de 21.10.1934, o AA. anuncia a ida de Freitas ao Rio de Janeiro como delegado eleito daquele sindicato para eleger deputados classistas.

Montanha, etc.) ou de personagens do seu tempo. Na década de trinta por exemplo, surgiram colunas no *A Alvorada* com os nomes de *Hitler* e *Mussolini*, logo no início do nazi-fascismo, talvez por serem personagens muito citados nos jornais diários da época.

Humberto de Freitas, José Penny e Miguel Barros eram jovens negros que na década de trinta empenharam-se na educação e “elevamento moral da raça”. Os dois últimos, pertenciam a uma classe média negra pelotense que foi incentivada a participar daquela “luta” por velhos militantes do jornal. José Penny era filho de um dos fundadores do semanário, Juvenal Penny. Miguel Barros assumiu a redação do jornal<sup>64</sup> por breve período em 1934, em substituição a José, logo após ele iria representar a *Frente Negra Pelotense* no *I Congresso Afro-Brasileiro* em Recife<sup>65</sup>. Miguel Barros era filho do comerciante João M. Barros e artista plástico ou *primeiro amista em pinturas*, como se dizia na época. Em 1932, Barros foi saudado, no *Diário Popular*, como:

... orgulho de sua raça e de sua terra [g. n.][...] Nesse lado da pintura ele é uma revelação séria e vigorosa de talento. ‘Preto’ é a tela por excelência, mais perfeita, apanhada com precisão e melhores detalhes anatômicos, o que ratifica sobremodo a sua aguda intuição pela figura.<sup>66</sup>

Ao que parece este artigo era de um *especialista* em artes plásticas. Este texto fora reproduzido no *A Alvorada*, provavelmente, por ser considerado pelo redator do jornal na época um exemplo para os negros, pois Barros era referido como um *orgulho de sua raça e de sua terra*. No caso, temos a definição por *outro*, provavelmente um branco, da *raça* a que pertencia Barros ou seja - negra - mesmo que ele se auto-definisse sobre a sua condição étnica de forma diferenciada da maioria dos articuladores do jornal.

---

<sup>64</sup> “Uma carta”. JP. AA. 09.09.1934 José escrevia da capital “... substitua o meu nome no jornal pelo do amigo.” Neste mesmo número do jornal já vinha o nome de Miguel Barros como redator.

<sup>65</sup> FREYRE, Gilberto (Org.). *Estudos Afro-Brasileiros*. Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro reunido no Recife em 1934. Rio de Janeiro: Ariel, 1º v. 1935, pp. 269-271.

<sup>66</sup> “À margem da Exposição Miguel Barros”. AA. 05.05.32. O texto foi reproduzido do *Diário Popular*, com assinatura de Estevão Ribeiro.

Logo que ele assumiu a redação do semanário aparecem alguns artigos assinados por *Pardo Otrebla*<sup>67</sup>, acreditamos que eram de Barros, pois desaparecem quando ele vai para Recife. Ao que parece Barros não tinha dúvidas sobre qual etnia ele pertencia naquela sociedade segregadora, o que é indicado pelo título do quadro - *Preto*. A sua opção étnica pelos da *raça* não deixa dúvida quando vimos o nome de Miguel Barros trabalhando ativamente, num domingo, na *A Hora da Frente Negra Pelotense* no *Chove Não Molha*<sup>68</sup>. O talento de Barros, reconhecido pelo *especialista* e sua condição social média foram ao que parece, os atributos sociais que lhe garantiram fazer exposição no *Salão Inghes*. Esta situação social privilegiada foi também o que provavelmente ajudou Barros, sob o ponto de vista do *especialista*, para considerá-lo *orgulho de sua terra*, a cidade de Pelotas. Temos aí um caso raro de um *negro* que foi reconhecido, por um momento, entre os seus e pela sociedade pelotense ao mesmo tempo.

Em 1933 já encontramos Barros nas fileiras da *Frente Negra Pelotense*, na qual exercia seu talento como artista plástico. Na *Semana da Raça*<sup>69</sup> organizada pela *Frente*, ele fez exposição na *Biblioteca Pública Pelotense* de sua obra *A Morte de Zumbi*. O companheiro de Barros na redação do jornal e na direção daquela entidade negra, Humberto de Freitas, comentou a tela:

... O seu pincel dançou livre na palheta, assim como os quilombolas dançavam livres ao som dos batacotôs palmarinos. [...] Suéca preferiu morrer livre do que viver escravo! O poeta pintor, que escreveu na tela o poema glorioso da história da nossa Raça, também traz no seu 'eu' uma ânsia incontida de liberdade [g. n.]!<sup>70</sup>

Conforme procuramos mostrar ser *negro* ou *branco* naquela sociedade não era uma questão só de opção individual ou condição social

<sup>67</sup> "Porque vacilais?". Pardo Otrebla AA. 16.09.1934.

<sup>68</sup> "A Hora da Frente Negra Pelotense". AA. 30.09.1934. Acontecia, geralmente, aos domingos nas sedes das mais variadas sociedades negras de Pelotas. Organizado pela *Frente*, tinha caráter educativo, onde os componentes mais *instruídos* da entidade, proferiam palestras para a comunidade negra.

<sup>69</sup> "Parada da Esperança". Humberto de Freitas - HF. AA. 15.10.1933.

<sup>70</sup> "A Morte de Zumbi". HF. AA. 29.10.1933.



média mas, principalmente de determinação de *lugares sociais*<sup>71</sup> a serem ocupados por brancos e negros. Estes *lugares* haviam sido desenvolvidos e demarcados num processo histórico-social que se estendia em direção ao passado. Na sociedade pelotense os negros ocupavam um *lugar social*, os brancos outro, nesse sentido, *O Mulato*<sup>72</sup> Miguel Barros não era uma exceção. Barros definia-se como *mulato*, pertencia à classe média, pois era filho de pequeno comerciante e, no entanto, militava em defesa da comunidade negra, formada por operários e pessoas empobrecidas que ocupavam a periferia da cidade. Portanto, Barros reconhecia o seu *lugar social* naquela sociedade como *negro*, e era nesta trincheira étnica e social em que ele militava juntamente com outras pessoas de sua raça. A circulação em territórios negros, a identificação com seus problemas, somados à busca de soluções não individuais para as questões que atingiam aquela comunidade, é que nos leva a identificá-los como intelectuais orgânicos daquele grupo. Estas características também nos levam a defini-los como parte de um movimento negro pós-abolição, gestado em concomitância ao movimento operário.

O autor do artigo acima sobre a pintura de Barros, era o jovem intelectual negro Humberto de Freitas<sup>73</sup>, também militante das causas daquela comunidade negra. Ele escrevia livre de academicismos que afetavam o *especialista* citado anteriormente, estava mais interessado na representação política da obra de arte. Freitas descrevia a pintura com frases poéticas, desta forma, não deixou de evocar os guerreiros palmarinos em festa e a liderança de Zumbi, chamado de forma carinhosa de *Suéca*, como era conhecido o quilombola na comunidade em que foi criado. Freitas

---

<sup>71</sup> *Lugares sociais* são todos os espaços públicos e privados, construídos e ocupados numa relação geralmente desigual entre os mais diferenciados atores sociais numa dada sociedade.

<sup>72</sup> Ver artigo, "Barros, O Mulato". RX. AA. 20.08.1949. Conforme Xavier depois do norte (Recife) Barros já se encontrava em Buenos Aires, onde fizera uma exposição muito elogiada dos seus quadros. O jornal *A Tribuna* do qual Xavier retirou a notícia sobre o artista plástico, dizia que ele assinava as suas telas como *O Mulato*.

<sup>73</sup> Conforme foto (AA. 05.05.1934), podemos definir Freitas como "jovem e negro", a primeira característica foi atribuída - jovem - pois sabemos que tirar uma fotografia naquela época era muito caro, portanto, podia ser um "clichê" de alguns anos atrás. A segunda característica - negro - foi uma palavra que vimos no jornal durante todo o período pesquisado como auto-definição dos articulistas, acreditamos ser Freitas quem assinava artigos como *Zumbi dos Palmares*, mas, conforme caracterização da época, ele poderia ser um "moreno", "híbrido", "mulato".

recuperava ainda na obra de Barros, o exemplo de liberdade e resistência negra representado por Zumbi. Ele saudava o artista plástico que havia resgatado da história um modelo para a *Raça*, bem como a *ânsia* do pintor em se libertar do modelo branco, o que o levava a recorrer ao passado, voltando à Serra da Barriga<sup>74</sup>.

Os intelectuais que fundaram, mantiveram e escreveram no jornal *A Alvorada*, tinham muitas diferenças em relação aos intelectuais da elite na forma de pensar a “questão racial”. Na condição de negros e, alguns deles, operários, desenvolveram dupla militância: como líderes operários e como líderes da comunidade negra de Pelotas. Duas frentes que careciam de lideranças para a sua organização e eram fundamentais e complementares para a sobrevivência do grupo negro. Estas duas *condicionantes*, ser negro e operário, é que determinaram provavelmente pontos de vista diferenciados em relação à integração social dos negros na sociedade brasileira. Conforme vimos, os militantes daquele movimento negro primordial, contudo serem cooptados e confundidos em muitos momentos pela ideologia da *democracia racial*, se posicionaram sempre no sentido de torná-la efetiva, nunca tiveram qualquer caráter separatista ou foram contra a integridade territorial, muito pelo contrário, buscaram muito mais a negociação do que o conflito, embora este, muitas vezes, fosse inevitável.

---

<sup>74</sup> A *Serra da Barriga*, segundo a historiografia sobre o *Quilombo de Palmares*, foi o local onde se reuniram os escravos fugidos que formariam o quilombo mais longevo que se conhece.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BARRETO, Álvaro. Os partidos operários e as eleições de 1934 no Rio Grande do Sul. In: **Cadernos do ISP**, Pelotas, no. 11, dez. 1997.
- CUNHA, Olívia Maria G. da. 1933: o ano em que fizemos contatos. In: **Revista USP**, São Paulo, n. 28, dez./jan./fev. 1995-1996.
- FREYRE, Gilberto (Org.). **Estudos Afro-Brasileiros**. Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro reunido no Recife em 1934. Rio de Janeiro: Ed. Ariel, 1935, 1º v.
- GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice/IUPERJ, 1988.
- GUIMARÃES, Antonio S. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: FUSP; Ed. 34, 1999.
- GUTFRIEND, Ieda. **A historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.
- GUTIERREZ, Ester J. B. Negros, brancos e “pardos” na construção do novo mundo, Pelotas 1848-1888. **História em Revista**, Pelotas, UFPEL, v. 3, nov. 1997.
- LONER, Beatriz A. **Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande, 1888-1930**. Pelotas: EdUFPEL; Unitrabalho, 2001.
- MACIEL, Maria Eunice da S. A eugenia no Brasil. In: Anos 90, **Revista do PPG História - UFRGS**, Porto Alegre, n.11, jul. 1999.
- MICELE, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.
- OLIVEN, Ruben. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.
- MELLO, Marcos L. **Reviras, batuques e carnavais: a cultura de resistência dos escravos em Pelotas**. Pelotas: EdUFPEL, 1994.
- DELLA VECCHIA, Agostinho. **Os filhos da escravidão**. Pelotas:

EdUFPEL, 1994.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 2 v. São Paulo: Ática, 1978.